

## EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

Fernando Soares Machado<sup>1</sup>

O livro *Educação como prática de liberdade*, de Paulo Freire, foi originalmente escrito em 1965, contém 158 páginas, e em sua 32<sup>a</sup> edição foi publicado pela editora *Paz e Terra*. A obra subdivide-se em uma apresentação e mais quatro capítulos incluindo o apêndice. A apresentação é de Francisco C. Welfort – *Educação e política*. O primeiro capítulo intitula-se *A sociedade brasileira em transição*. O segundo, *Sociedade fechada e inexperiência democrática*. O terceiro, *Educação versus massificação* e o quarto e último, *Educação e conscientização*.

Na apresentação, Francisco C. Welfort realiza algumas reflexões destacando o movimento de educação popular como algo além do campo pedagógico, voltado a uma visão de liberdade, de uma pedagogia participativa e crítica diante de uma de sociedade estrutural dominante. Caracteriza esse contexto como um tempo de crises de valores, de uma sociedade fechada, em que o movimento de conscientização surge como resposta em favor de um processo de democratização, de mobilização contra os interesses classistas, referindo-se à alfabetização como um instrumento de libertação do homem com base no diálogo direcionado às massas oprimidas. Por conta disso, enfatiza que o movimento de educação popular foi considerado uma ameaça à “verdadeira democracia das elites”. No entanto, apesar da interrupção do trabalho desse autor no Brasil, destaca que o sucesso de seu método de alfabetização na região Nordeste possibilitou um legado de suas ideias as quais romperam as fronteiras do país.

Diante disso, no primeiro capítulo, *Sociedade brasileira em transição*, Paulo Freire destaca o processo existencial do homem, de sua relação com sua realidade e com o mundo e sua capacidade de produzir cultura, de criar e recriar a sua história. Entretanto, aponta que o homem moderno é dominado por uma ideologia elitista que fomenta um processo de acomodação, de passividade e de submissão pelo poder que as forças sociais criam. Salienta a necessidade de sua integração como uma forma de ajustamento e modificação dessa sociedade, de uma atitude crítica, superando o alinhamento da acomodação. Ressalta que a sociedade brasileira encontra-se em trânsito por conta da alienação cultural das elites, sendo essencial a realização de mudanças, ou seja, “[...] que a nossa salvação democrática estaria em nos fazermos uma sociedade homogeneamente aberta” (p.57). O aprofundamento dessas contradições provocou no homem o surgimento de atitudes que o autor se refere como uma radicalização pelo diálogo, pelo respeito e pelo convencimento ao oponente. Essa mudança é necessária em função de que “na atualidade brasileira não vinha sendo dos radicais a supremacia, mas dos sectários, sobretudo de direita.” (p.60). Assinala algumas mudanças no processo histórico dessas sociedades a partir da integração das elites com o mundo, de uma concepção crítica movida por um sentimento de esperança, uma vez que a alienação é pouco a pouco substituída pela autoconfiança de uma sociedade que segundo Freire (2009, p.62) “[...] passa assim, aos poucos, a se reconhecer a si mesma [...]” assumindo um papel de sujeito

---

<sup>1</sup> Discente do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica –ProfEPT – Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM-MG). Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI-MG). Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG). Professor da Rede Municipal de Uberlândia. E-mail: fernando8osm@gmail.com

nesse processo. Isso redundou no que chamou de “otimismo crítico”, de um posicionamento de inquietude em relação às contradições nesse contexto social traduzindo-se em um movimento de esperança contra uma sociedade fechada, abrindo-se para uma democratização com a participação do povo brasileiro, ameaçando os privilégios elitistas. Sendo assim, estabelece como necessária a passagem da humanização do homem brasileiro por uma educação corajosa, que lhe proporcione a reflexão de si mesmo. Explica a importância da passagem de uma “intransitividade da consciência”, que qualificou como sendo a limitação de sua esfera de apreensão, para o estado de “transitividade ingênua”, voltada ao processo de diálogo do homem com o homem e com o mundo. Assinala que esta última, culmina na promoção de outra transitividade, a crítica, de responsabilidade social e política, assumindo um posicionamento questionador, visto que “[...] implica num retorno à matriz verdadeira da democracia” (p.70). O autor sobreleva que quando não há a passagem da transitividade ingênua para a crítica ocorrerá o aparecimento de outra transitividade, que denominou de fanática, de massificação e desumanizada. Logo, retrata que a fase de transição brasileira demonstrou dificuldades de uma educação que promovesse a ascensão da ingenuidade à criticidade em função da manutenção das elites pelo sectarismo, evitando assim, a humanização dos homens.

No segundo capítulo, *Sociedade fechada e inexperience democrática*, o autor destaca algumas questões importantes como a compreensão de uma sociedade brasileira fechada, colonial e antidemocrata utilizada como ponto de partida para a transição e a importância de se compreender o ontem para posteriormente avançar. Analisa a inexperience democrática como um “[...] ponto de estrangulamento de nossa democratização” (p.74), portanto, não houve um direcionamento dessa sociedade para uma experiência de autogoverno fundamentalmente conduzida à construção de uma civilização democrática. Pelo contrário, as condições “culturológicas” da época desenvolviam no homem brasileiro um tempo de dependência e de protencionismo, sendo impossível pensar no diálogo. Afirma que a inexperience democrática provém de um processo de acomodação e de ajustamento, tornando os homens passivos e submissos. Destaca que “[...] a democracia que antes, de ser forma política, é forma de vida, sobretudo por forte dose de transitividade de consciência [...] não nasce e se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate [...]” (p.88). Mais adiante, salienta uma mudança nesse processo decorrente do crescimento da industrialização no país nas décadas de 20 e 30 que alavancou o desenvolvimento da urbanização e o surgimento de novas ideias em várias áreas como da cultura, das artes, da literatura e das ciências (pesquisa). Nesse contexto, “o país começava a encontrar consigo mesmo. Seu povo imerso iniciava as suas experiências e participação” (p.91). Por fim, ressalta a superação da inexperience democrática para a experiência da participação.

À vista disso, no terceiro capítulo, *Educação versus massificação*, o autor traz no bojo de discussões a educação como ferramenta no processo de democratização e de formação do homem em prol da transitividade crítica, porém, deixa claro que as modificações da estrutura social por conta do aumento de riquezas possibilitaram um novo poder de renda às elites, influenciando sobremaneira as relações com as classes inferiores sob a forma de dominação dos direitos políticos. Para tanto, destaca um problema em relação à sociedade brasileira “o de conseguir desenvolvimento econômico como suporte da democracia, de que resultasse a supressão do poder

desumano de opressão das classes muito ricas sobre as muito pobres” (p.95). Diante desse quadro, indica uma “[...] reforma urgente e total no seu processo educativo [...] de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (p.96). Nesse seguimento, a educação viria como forma de superação do analfabetismo atrelada à superação da inexperiência democrática que oportunizasse ao homem o exercício da discussão dos problemas de sua realidade tendo o diálogo como um instrumento de ação. Chama a atenção para uma sociedade em fase de transição que possibilita a esse homem uma formação consciente, que o conduza à procura da verdade comum, exercendo um papel questionador e investigador a partir de uma educação que caminha na construção de uma consciência transitivo crítica, do incentivo à “[...] pesquisa e da constatação, da revisão dos achados [...]” (p.102). Realça um sistema educacional prioritário à humanização do povo brasileiro principalmente pela transição à tecnologia pela qual a sociedade se encontrava, não permitindo que a formação dos homens seja meramente técnica, de caráter acrítico e ingênuo.

No quarto e último capítulo, *Educação e conscientização*, Paulo Freire inicia suas considerações discorrendo sobre a importância da alfabetização direta do homem brasileiro, de tomada de consciência que promova a criticidade utilizando o diálogo como processo de construção desse sujeito. Desse modo, cita a experiência de mais de quinze anos de alfabetização de adultos em áreas urbanas, proletárias e rurais, em específico, o Movimento de Cultura Popular do Recife. Esclarece que esse processo não ocorre de maneira mecânica a partir do simples aprendizado de técnicas de leitura e escrita desconectadas da realidade dos homens, mas sim de um domínio consciente dessa técnica orientado pelo educador, o qual proporciona a esse aluno “[...] dialogar com o alfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza” (p.119). Assim sendo, apresenta seu método de alfabetização de adultos dividindo-o em etapas as quais se desenvolvem a partir de palavras geradoras contextualizadas e oralizadas e depois debatidas em grupos por intermédio de um colaborador que conduz o processo de descodificação dessas palavras promovendo a visualização e sua separação silábica, e, assim, o reconhecimento das partes. Depois disso, por meio das fichas de apresentação das famílias chega-se ao mecanismo de formação das palavras, das combinações fonéticas, ou seja, uma construção crítica do processo de aprendizagem. Para Freire, esse processo de aprendizagem efetiva é organizado em Círculos de Cultura tendo a figura de um coordenador que dialoga com os educandos. Isso permite que esses homens se reconheçam enquanto seres produtores de cultura, de experiência humana fornecendo elementos para o processo de alfabetização e de conscientização. Em razão disso, relata a incompreensão de seu trabalho pelos intelectuais e especialistas da época, todavia o que mais incomodava, conforme Freire (2009, p.130), “[...] não era outra coisa senão a ameaça dos irracionalismos à nossa destinação democrática, anunciada na transição brasileira” com o governo ditatorial militar de 1964.

A obra Paulo Freire retrata uma discussão no período dos anos 60 em que a sociedade brasileira encontrava-se com altos índices de analfabetismo, além de uma fase de expansionismo industrial, com o crescente desenvolvimento das ciências e de áreas importantes como a sociologia entre outras. É nesse campo de contradições

que surgem as ideias voltadas à participação popular por intermédio de uma educação democrática.

Isso é evidenciado quando o autor discute a passagem de uma transitividade ingênua para uma transitividade crítica, a busca de um homem que deixa de ser submisso e alienado e passa a exercer um papel de sujeito transformador na sociedade. Contudo, isso é interrompido pelo forte poder de dominação que se mantém desde o período colonial das classes elitizadas sobre as camadas populares.

Com o expansionismo da globalização entre os séculos XX e XXI o país não apresenta índices de analfabetismo como na década em questão, entretanto há um novo perfil de homem, os analfabetos funcionais, os quais são ensinados mecanicamente a ler e a escrever sem ao menos saber interpretar o processo e o significado do que produzem. Há a presença de um sistema educacional acrítico que segue a doutrina do capital neoliberal, de manipulação intelectual, cultural e do trabalho produtivo. Isto é um exemplo de uma sociedade que ainda permanece na consciência ingênua abordada na obra de Paulo Freire.

Em razão disso, o livro *Educação como prática de liberdade* é recomendado a todos aqueles que se interessam por uma educação democratizadora, transformadora e humanizadora.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.